



 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Com 13 vereadores presentes, há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informo que o Ver. Jessé Sangalli apresentou documento, informando ter retornado ao exercício da vereança no dia 18 de março de 2025, encerrando assim, sua Licença para Tratamento de Saúde, a qual foi concedida do dia 17 ao dia 20 de março de 2025.

Comunico que, no dia 18 de março, o Ver. Jessé Sangalli solicitou Licença para Tratar de Interesses Particulares para o período de 18 a 20 de março de 2025, a qual foi concedida pela Mesa Diretora pelo dia 18 de março de 2025, nos termos do art. 218, inc. VII, combinado com o art. 94, §§ 5º e 6º, do Regimento.

Na mesma data, em cerimônia realizada no gabinete da presidência, o suplente Fabiano Rheinheimer foi empossado na vereança, em substituição ao Ver. Jessé Sangalli, passando a integrar a Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Jessé Sangalli solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 19 a 20 de março de 2025. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O suplente Fabiano Rheinheimer permanece no exercício da vereança em substituição, integrando a Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Diretor. Gostaria de indicar a presença da Ver.^a Natasha, que não conseguiu dar a sua presença no painel. Solicito que os líderes se aproximem para fazermos a conversa combinada virtualmente hoje.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h22min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (14h27min) Estão reabertos os trabalhos. Como acordado aqui com os líderes dos partidos, das bancadas, nós vamos inverter a pauta para que a gente já possa passar a segunda pauta da sessão de hoje. Lembrando, como ficou acordado: segunda-feira que vem teremos reunião conjunta das comissões, por assinatura, a respeito do projeto do governo que prevê o aumento de vagas de enfermeiros e outros, biólogos, por conta da pandemia da dengue. Na quarta-feira que vem, teremos reunião conjunta das comissões com um projeto por vereador; em seguida, o diretor legislativo vai informar até quando esse projeto deve seguir aqui. Fora isso, está acordado também que na quarta-feira que vem, às 11h, a reunião de líderes será presencial, na sala de reuniões da presidência, e que as bancadas levem sugestões a respeito das moções e das frentes parlamentares. Aqueles que não entenderam, conversem com seus líderes, por favor.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB): Não, Presidente, não estou conseguindo dar presença. Tem como registrar, por favor?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Registro as presenças da Ver.^a Tanise Sabino, do Ver. Erick Dênil, do Ver. Moisés Barboza, do Ver. Alexandre Bublitz.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Boa tarde, Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste. Todos sabem que é muito difícil eu subir nessa tribuna. Ontem, a nossa reunião da CEDECONDH foi realizada lá no bairro Farrapos, no Humaitá, para tratar de um tema muito importante que tem trazido preocupação, acho que para muitos vereadores aqui, principalmente para o nosso gabinete, porque todos os dias chegam inúmeras denúncias de contas do DMAE que estão excessivas, aquelas contas que infelizmente estão em um valor muito alto, um valor abusivo. Ontem, na nossa comissão da CEDECONDH recebemos muitos moradores, inclusive, vamos passar um vídeo com o relato dos moradores sobre as contas.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Conta de água: R\$ 79 mil, R\$ 37 mil, R\$ 50 mil, R\$ 49 mil, e essa é uma realidade que toda cidade de Porto Alegre, inclusive o Ver. Carlo tem várias contas aqui. A reunião da CEDECONDH foi para tratar justamente desse tema. A comunidade quer pagar o justo, porque não tem, não existe comunidade, principalmente não só na nossa região, mas também em toda a cidade de Porto Alegre tem esse problema. E

ontem o DMAE assumiu o compromisso, hoje teria uma reunião do Ministério Público, o Ver. Pedro Ruas, que ontem estava presente lá, o Ver. Erick – teremos certeza que será resolvido esse problema, porque tem famílias que não dormem mais à noite, porque são famílias sérias, famílias honestas, que cumprem e honram com seus compromissos. Inclusive uma pessoa, ontem, lá declarou que teve que passar a tomar remédios, porque não conseguia mais dormir referente a essa situação. “Ah, mas dá para parcelar?” Não dá para parcelar. Não existe essa possibilidade de parcelamento. Temos que ter a consciência, inclusive acredito que o prefeito Melo vai cumprir com o que disse lá atrás que estaria isentando... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ... essas contas excessivas para poder cobrar os juros das pessoas. As pessoas que pagam por mês R\$ 40,00, R\$ 100,00 começaram a pagar R\$ 4 mil, começaram a pagar R\$ 1 mil. Então, não tem como. E esse é o apelo que eu faço aqui aos vereadores, ao Executivo, inclusive, ontem, na reunião do DMAE, se comprometeram que iriam resolver a situação, porque a população da cidade de Porto Alegre não aguenta mais. Vamos botar a bola no centro, zerar e vamos começar de novo esse jogo, porque não dá mais. A comunidade, a população de Porto Alegre, principalmente aqueles mais vulneráveis não têm como ficar sem essa resposta. Então é esse o nosso papel, é levar respostas e falar a verdade para a nossa comunidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Marcelo Bernardi. Gostaria que dessem a presença para a Ver.^a Mariana Lescano e para o Ver. Giovani Culau e Coletivo. E eu vou informar aqui para os vereadores que o diretor-geral está solicitando que o técnico venha dar uma olhada nos painéis das mesas que estão com problema, para que a gente possa solucionar esse problema o quanto antes.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. Subo aqui, hoje, para trazer dois temas muito importantes do conhecimento desta Casa. O primeiro se refere ao caso dos moradores e moradoras da Rua Aderbal Rocha de Fraga, no bairro Sarandi. Está aqui meu colega Marcos Felipi que acompanha junto comigo de perto lá o caso, a situação de moradores que foram duramente atingidos pela enchente de maio do ano passado. Ficaram mais de mês para voltar para suas casas, até hoje estão tentando reconstruir as suas vidas e que neste momento estão apreensivos, Ver. Mauro, porque a Prefeitura de Porto Alegre encerrou o diálogo para que eles possam sair, Presidente, das suas casas, para as obras do dique ocorrerem. Falo isso porque eu tenho certeza de que nesta Casa há uma sensibilidade com essas pessoas que já sofrem tanto a cada novo alagamento, a cada insegurança sobre o seu futuro e que não estão se negando a sair; pelo contrário, estão organizadas para sair, para irem para sua nova casa – a maioria delas já saiu na lista, Ver. Mauro, do Compra Assistida, está organizando a documentação, mas quer ter a segurança da sua nova casa para poder deixar a sua atual residência. A Prefeitura, na segunda-feira, às 15h, encerrou o diálogo e entrou com uma ação judicial arrolando 25 moradores a terem que sair, por ordem de despejo judicial. E nós não temos dúvida de que há setores na Prefeitura – cito aqui o DEMHAB, por exemplo – que tem trabalhado muito, muito para que a gente possa resolver essa situação com o menor número de traumas possíveis, mas tem alguns moradores que ainda não conseguiram encontrar a casa adaptada, por exemplo, vereadora, ainda não conseguiram encontrar a casa para uma cadeirante que precisa morar com dignidade e por isso precisa de um tempo estendido. O DMAE não apresentou um parecer técnico que justifique porque é urgente fazer a obra desse trecho, não pode esperar mais 20 dias, mais 30 dias para iniciar a obra desse trecho, quando é somente em julho que será feito o contrato para fazer o estudo técnico da obra definitiva. O que nós estamos pedindo aqui é uma sensibilidade da Prefeitura para que retire a ação judicial e possa garantir a retomada do diálogo, Ver. Marcos, e a gente poder encaminhar esses moradores e moradoras, de forma tranquila, para as suas residências,

para as suas novas residências, para que a gente possa reduzir os traumas. A ação judicial não se justifica neste momento. A gente não precisa disso, Presidente; podemos resolver esse problema de forma dialogada. Os moradores querem sair, os moradores estão se organizando para sair, mas precisam de um pouco mais de tempo. A ação judicial não dialoga com o que a gente está construindo até aqui. Então eu quero pedir uma sensibilidade do prefeito Melo para que não emita esse sinal trocado de que, mais uma vez, ele vai desconsiderar a realidade daqueles e daquelas que já sofreram tanto. Quem está nessa situação não precisa de uma ordem de despejo, precisa de um apoio para se encaminhar para a sua moradia digna e segura.

O segundo tema que eu quero trazer aqui, Presidente... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...é a importância do dia de amanhã. Amanhã, Porto Alegre estará tomada pela mobilização dos municipais e municipais. Eu, junto com os meus colegas, estarei às 9h no Paço Municipal, para que a gente possa fazer a defesa da cidade. A pauta da greve dos municipais, que ocorrerá amanhã, é a defesa das políticas públicas, é a defesa dos serviços públicos, é o fim das terceirizações, é a realização de concurso, são as nomeações, são condições dignas de trabalho, para que a gente possa prestar um serviço de qualidade para a população, mas é também e sobretudo o fim das perdas salariais, que somam hoje 33,4%. O Prefeito deve para os municipais, o Prefeito deve para Porto Alegre, e Porto Alegre vai estar mobilizada amanhã em defesa dos servidores e dos serviços públicos. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana de Souza. O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

Eu gostaria de informar que a minha assessora, a Cristina, vai estar passando, conforme combinado hoje pela manhã, pelos líderes das bancadas para pegar a assinatura a respeito do artigo 29-A, cujo artigo faz com que os aposentados e pensionistas voltem para a folha de pagamento desta Câmara,

assim como todos os outros 496 municípios. Peço a gentileza que os líderes de bancada possam assinar. A Ver.^a Natasha está sendo parceira em conseguir uma reunião conosco e os líderes junto à Assembleia Legislativa, para que a Assembleia também se mobilize nessa pauta, que diz respeito a todas as cidades, principalmente, aos vereadores. Desculpe, vereador, por deixá-lo esperando, mas são coisas importantes. Obrigada.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Uma boa tarde a todos; uma boa tarde, Presidenta. Alguns dias atrás aqui foi votada uma mudança no DMAE, de deliberativo para consultivo. Eu acompanho as mobilizações dos cargos, nos últimos dias, junto ao DMAE, cargos que dá para se dizer que são com ganho significativo. Eu vejo, cada vez mais, as situações que envolvem o DMAE se agravando. A bancada dos Republicanos se reuniu hoje, e falaram: “Gringo, temos que nos fortalecer e ajudar o povo, com o nosso grupo, com a nossa base”. Eu falei: vamos nos unir aos vereadores e cobrar isso com contundência. É inadmissível, eu falo sempre, no meio desse caminho aí tem alguém sendo traído, Presidenta. Eu acredito muito no governo Melo, eu falo que ninguém governa sozinho, é um coletivo, tem que ter um quadro ativo e de confiança. É importante avaliar o processo até o final, eu falo da cabeça de quem está no comando, de como pensa, como a gente apoia aqui e como chega no final. É inadmissível um cidadão pagar R\$ 79 mil por uma conta d'água, R\$ 4 mil, R\$ 30 mil, como está aqui, tem algumas contas aqui. Eu falo assim: isso aqui tem um outro agravante, por consequência disso, que é a questão hoje disso aqui ser protestado, ir à cartório, mobilizando pessoas que nunca foram protestadas na vida e acabar se mobilizando por total. E, nessa mesma reunião, eu tenho testemunho que o representante do DMAE, lá no local, olhou e falou: “Parcelem” – bem simples. E falou também: “Vocês apoiaram o “Chapéu de Palha”. Eu falo: numa guerra, a gente entra no começo e vai até o fim, e a gente tem que sair junto, é essa visão que eu tenho.

Eu falo também que o DMAE vem se agravando em outras situações, na questão de trabalhos que não são completos, são paliativos. Na semana que

vem, eu vou abrir, na comissão, a questão da água, qualidade das águas. É uma imensidão de situações que estão agravando, cada vez mais, a vida do cidadão porto-alegrense, e é importante dar atenção a isso. É inadmissível, eu retorno a falar, haver grandes cargos, grandes salários e pessoas incompetentes estar gerindo essa situação aqui, que envolve as contas d'água. Isso aqui tem que ser solucionado num canetaço, ou mobilizar imediatamente alguém que tem capacidade de entregar isso aqui de forma justa. Isso aqui fugiu da seriedade. E eu falo sempre um negócio: o jogo da dificuldade, para gerar facilidade, eu conheço no mundo político. Eu queria saber onde é que está a facilidade nessa dificuldade aqui. É isso que eu queria saber. Onde é que está? Quem me diz? Quem me conta? O coração de quem aqui está pensando nisso aqui? Eu falo de novo aqui, para resumir, e falo toda hora aqui: quem está aqui hoje tem o dever de proteger o cidadão e de garantir futuro, porque uma hora nós não vamos mais estar aqui. E quem vai estar aqui serão os nossos netos, nossos bisnetos, e eles não vão ter alguém aqui para lutar por eles – vamos falar bem assim. A gente tem que pensar no todo. Nós temos que pensar no futuro. A vida não foi feita de vir aqui para ganhar, para interesse. A gente tem que sempre se lembrar que o legado social é muito importante. Como a gente ama nossa família, como a gente ama nossos filhos, como a gente ama nossos amigos e como a gente ama cada cidadão que envolve o nosso dia a dia. Pensar no amor ao próximo e garantir uma vida digna para cada um – essa é a meta, meu povo. Vamos pensar bem no que eu falei aqui. Chegou a hora da gente pensar no coração. Aqui, quem tem coração aqui, pensar; nós vamos lutar junto e mudar isso aqui. É inadmissível deixar isso acontecer com o nosso povo. É injusto, é muito injusto, meu povo. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Gilvani o Gringo.

A Ver.^a Atena Roveda está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Uma boa tarde a esta Casa Legislativa. Gostaria, antes de tudo, de parabenizar o Ver. Giovani Culau pelo seu aniversário, nosso companheiro comunista, que está aqui. (Palmas.) Um feliz aniversário, saúde e força para lutar contra a extrema direita e tudo que os comunistas já têm feito de positivo, né? Saudando o Giovani Culau, saúdo também Cida Pedrosa, nossa companheira comunista de Recife, vereadora pela capital. E dizer a vocês que, neste momento, eu quero lembrar a luta que o nosso partido – PSOL – tem feito em nível nacional, principalmente com a liderança do Ver. Rick Azevedo, vereador eleito na capital carioca e que, ao lado da nossa deputada federal Erika Hilton, através de uma PEC que irá auxiliar potencialmente a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras com o fim da escala 6 por 1, que a gente entende como sendo uma escala extremamente escravocrata, quando o trabalhador não consegue ter o seu tempo de vida qualificada, o seu tempo com a família, a priorização da sua saúde mental, da sua saúde corporal, mas também do aproveitamento da qualidade de vida. A luta do nosso companheiro Rick Azevedo na cidade carioca tem sido uma luta essencial sobre vida, porque ele, homem, gay, negro, e Erika Hilton, deputada federal, uma travesti negra, duas identidades tão atacadas pelos grupos políticos, pelas oligarquias políticas como sendo identitárias, são eles que estão levando a luta à frente daquilo que pode de fato iniciar um outro processo histórico com a classe trabalhadora. Quando nós falamos da diversidade da classe trabalhadora, nós estamos falando do povo preto, do povo periférico, do povo LGBT, do povo que é prioritariamente feminino, das mulheres, mãe solo, porque a escala 6x1 nada mais faz do que incitar ainda mais um processo de violência social quando explora a existência, a vida e o coração, novamente, da classe trabalhadora. Saber que nesse último período o termo classe trabalhadora não está mais distante do coração pulsante da política e lembrar que um homem gay, negro e uma travesti negra, Ver. Rick Azevedo, e a deputada federal Erika Hilton trouxeram novamente para o centro do parlamento, para o centro do debate político dos governos municipal, estadual e prioritariamente nacional o tema disto: o que estamos fazendo com a nossa vida

se não somente trabalhar, trabalhar, trabalhar, sem entender e sentir a movimentação do nosso corpo, da nossa casa, a tal da riqueza que tanto se produz através do esforço de muitas vidas, de milhares, centenas de vidas ao longo desse Brasil. Pensar que nos próximos meses nós teremos grandes movimentações da classe trabalhadora alinhada com o movimento Vida Além do Trabalho – VAT, porque é isso que nós defendemos para a classe trabalhadora. Nós do PSOL estamos à frente de um grande movimento. E alguns dizem que isso irá incitar descomunalmente uma crise na economia. Esse argumento é um argumento idêntico àqueles que possuíam mão de obra escrava no período colonial brasileiro... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...quando da alforria de pessoas escravizadas, dizendo que haveria um colapso no sistema econômico brasileiro, colonial, com a liberdade dessas pessoas que sofreram tanto nas mãos de pessoas que até hoje não foram responsabilizadas. Um salve gigante para todo o movimento Vida Além do Trabalho - VAT. Uma saudação gigante ao vereador Rick Azevedo e à nossa grande e futura presidente da República Federativa Brasileira, a nossa grande travesti do PSOL, nossa deputada federal Erika Hilton. Estamos na luta; Porto Alegre também quer vida além do trabalho, a classe trabalhadora também merece e lutará, e o PSOL estará ao lado da classe trabalhadora para ter vida além do trabalho. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Atena. Quero informar aos senhores vereadores que estamos aqui recebendo a visita do Imama, que está entregando aqui a documentação de uma campanha que estão fazendo para priorizar a vacina contra o HPV, uma vacina que está disponível nos postos de saúde, com uma meta muito boa de vacinar meninos e meninas contra o HPV. Já foi dada aqui a presença do Ver. Ramiro Rosário, né? Obrigada.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição. (Pausa.)

Enquanto o vereador está se dirigindo à tribuna, quero lembrar aos nobres colegas vereadores sobre a normatização da colocação de cartazes nos corredores, nos seus gabinetes. Ainda temos gabinetes que não estão arrumados, e a nossa equipe de limpeza começará a fazê-lo nesta semana. Então, peço a gentileza de que os vereadores possam estar dentro da regulamentação, assinada pela Mesa Diretora. Vereador, cinco minutos, sem apartes.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Presidente da Casa, colegas vereadores, vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, cidadãos, cidadãs. Falo pela oposição; o Ver. Jonas Reis não está presente, a Ver.^a Grazi Oliveira também abriu mão, portanto, falo pela oposição aqui, lembrando de uma reunião muito importante que tivemos ontem aqui na Casa, onde a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, através de uma solicitação deste vereador, trouxe um representante da Secretaria da Reconstrução do Governo Federal, do governo Lula, aqui ao nosso Plenarinho na Câmara Municipal. E o que o Maneco, nosso grande companheiro, que hoje é secretário da Secretaria de Reconstrução, falou para nós, cidadãos, vereadores, controle social e o próprio governo municipal, que estava presente com várias secretarias, da qual eu agradeço por terem vindo à Câmara se informar sobre inúmeros projetos importantes que o governo encaminha e que muitas vezes a Casa não sabe como está andando o processo dos recursos que estão chegando em Porto Alegre. O Maneco confirmou ontem que o governo federal já mandou, e o governo municipal já recebeu, R\$ 770 milhões para a reconstrução de várias obras referentes às enchentes que aconteceram aqui em Porto Alegre.

E o governo municipal, na contrapartida, diz que a burocracia ou a desburocratização está complicando a execução desses programas, desses projetos. E é por isso que nós abrimos o diálogo do governo federal com o governo municipal, como o próprio governo federal está fazendo com os municípios do interior, seja na reconstrução de pontes, seja em vários programas

da habitação popular, por que, na verdade, muitas famílias estão sendo contempladas, sim. Aqui em Porto Alegre, por exemplo, quem faz o cadastramento daquelas famílias atingidas que devem receber sua casa até R\$ 200 mil, é o município de Porto Alegre. E o município de Porto Alegre fez somente com 6 mil famílias, 6 mil famílias! E o governo federal tem um limite de até 22 mil famílias. Ao contrário do que fez o Município, quando liberou o auxílio e atingiu somente as famílias que estavam no CadÚnico, o governo federal já atendeu 80 mil famílias somente em Porto Alegre; portanto, há uma disparidade, sim, de liberação de benefícios, mas é preciso que o governo municipal seja mais ágil, mais atuante, apresente projetos importantes e seja rápido na execução para não perder os recursos. Isso foi, sim, um apelo que o próprio Maneco fez aqui – eu chamo de Maneco porque é o apelido dele, ele é muito conhecido por isso. E ele lembra que é preciso, sim, o governo, além de apresentar o projeto de execução daquela recuperação, por exemplo, das comportas, para que a cada chuva não invada a cidade, a água não invada a cidade, é preciso ser ágil, estar acompanhando junto com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, para receber esse recurso o mais rápido possível.

Já na área da saúde, o governo municipal recebeu R\$ 156 milhões, por quê? Porque 14 unidades de saúde foram completamente atingidas, precisavam de recuperação; somente 10 foram recuperadas, e as outras somente serão recuperadas até junho, julho, e serão devolvidas à população nesse período. E também tem outros programas importantes em outras áreas, e é por isso que todas as secretarias que tiverem dificuldade, nós, da COSMAM, na presidência da Ver.^a Tanise, e todos os vereadores – o Ver. Gilvani o Gringo estava lá conosco, tantos outros vereadores, o Ver. Hamilton –, nós nos comprometemos em fazer a interlocução em maio desse ano, e estaremos repetindo essa reunião para poder compor, convocando a Metroplan – para concluir –, convocando o Banco do Brasil, convocando a Caixa Econômica Federal para poder agilizar esse processo de utilização desses recursos. Assim poderemos trazer, de fato, a obra, fazer com que ela aconteça na nossa cidade, fazer com que as pessoas sejam, de fato, atingidas, recebam esse benefício tão

importante. A Ver.^a Cláudia estava conosco; foi uma reunião muito profícua, muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, vereador. Ver. Ramiro, uma questão de ordem?

Vereador Ramiro Rosário (NOVO) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Paulo Udo Werner Kunstmann, membro da Comunidade Evangélica Luterana Cristo, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, ele esteve, por muitos anos, à frente, inclusive do setor de arquivo histórico da IELB, uma pessoa que colaborou muito também para a nossa cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Ramiro. Ver.^a Vera Armando.

Vereadora Vera Armando (PP) (Requerimento): Presidente Nádia, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Rodi Pedro Borghetti, tradicionalista, advogado, pai do músico Renato Borghetti, conhecido de todos nós, com uma carreira consolidada no Brasil e no exterior. Ele nos deixa um grande legado também na cultura rio-grandense. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, registrado. Gostaria de pedir para a Guarda Municipal deixar ingressar aqui no plenário a assessoria do DMAE, pois alguns vereadores precisam da assessoria. Então, estamos aqui com o chefe de gabinete, a assessoria parlamentar do DMAE está entrando. Por favor, olhem para trás, já estão andando ali, tem alguns vereadores que gostariam de receber algumas orientações, então, é o momento de aproveitarmos. Ver. Marcos Felipi, por favor.

Vereador Marcos Felipi (CIDADANIA) (Requerimento): Presidente, gostaria de pedir um minuto de silêncio também para o professor Paulo Tavares Xis, professor de educação física do Colégio Farroupilha, que foi muito importante na formação de muitos jovens, acabou falecendo por motivo de câncer, então gostaria de pedir um minuto de silêncio em memória a tudo que ele fez por muitos jovens da nossa cidade.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Assim será. Vereador Tiago Albrecht.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Presidente, apenas gostaria de me somar já ao pedido feito pelo meu líder a respeito do falecimento do Paulo Udo Kunstmann, luterano de vida toda aqui em Porto Alegre, sempre trabalhou nesta cidade e se empenhou. Tive a oportunidade de trabalhar com ele também na diretoria nacional da igreja, como funcionário do departamento de comunicação. Então, apenas me somar, para que conste nos autos, que eu também lamento muito e que Jesus o guarde até a ressurreição. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Srs. Vereadores. Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Coronel Ustra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Boa tarde, Presidente, colegas, galerias e assistência da TVCâmara. Uso o tempo do Partido Liberal, em liderança, hoje, para trazer um assunto que está em voga, que é o afastamento do deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente

Bolsonaro, que permaneceu nos Estados Unidos em virtude da ameaça do recolhimento do seu passaporte e resolveu, por bem, permanecer nos Estados Unidos para realizar articulação junto ao governo americano e parlamentares americanos dos graves problemas que estamos enfrentando no nosso País. Horas depois, a Procuradoria-Geral da República, com toda a sua velocidade, encaminhou pedido de arquivamento da cassação do passaporte do deputado Eduardo Bolsonaro, e o ministro Alexandre de Moraes acatou essa decisão e arquivou essa solicitação.

Então nós, aqui, da Câmara de Vereadores Porto Alegre, mandamos um grande abraço ao deputado federal Eduardo Bolsonaro, tenho certeza que é um desejo da Comandante Nádia, do Ver. Fabiano Rheinheimer, do Ver. Jessé Sangalli e da Ver.^a Fernanda Barth, para que apoiemos essa decisão difícil do deputado federal Eduardo Bolsonaro, do Partido Liberal. E, quando se trata de vereador da esquerda que deixa o País para ir para outros países, aí pode. Quando é deputado do PL, filho do ex-presidente, não pode. Engraçado, Ver.^a Mariana Lescano, eles saem daqui, defendem tanto, mas eles não vão para Cuba, não vão para Venezuela, não vão para a Coreia do Norte. Engraçado, procuram sempre ir para países como Estados Unidos, Portugal, países livres, países capitalistas. Isso aí nos causa estranheza.

Queria também trazer aqui, foi divulgada hoje, uma pesquisa, da Paraná Pesquisas, colocando o deputado federal, nosso amigo, padrinho, deputado federal Zucco, liderando as pesquisas pela corrida ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, com 27,4%; outros candidatos, em segundo e terceiro lugares, com apenas 21%.

Queria trazer também... Nós tivemos, em julho de 2013, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a invasão desta Casa – ficaram aqui, durante oito dias, os invasores, cometeram 19 crimes a um custo aproximado de R\$ 2 milhões em prejuízos. E com eles foram encontrados artefatos explosivos e também posse ilegal de arma. Aí eu pergunto agora para os vereadores: isso aí seria um golpe do amor? Seria uma invasão, um golpe ao Município de Porto Alegre? Recordar é viver, senhores. Então nós precisamos recordar os fatos que

aconteceram aqui nesta Casa. Alguns vereadores que estão nesta legislatura estavam presentes aqui. Quando é para o lado da esquerda, aí tudo bem; quando acontece do outro lado, aí é golpe, atentado ao estado democrático de direito. Então, realmente, fica complicado.

E eu queria, já finalizando a minha fala, agradecer ao jornal Zero Hora – finalmente, Ver.^a Mariana Lescano, saiu no jornal Zero Hora – que, no dia de ontem, fez uma homenagem à família – aqui eu posso falar, né? O Gilmar Fraga, chargista – que é assim que se chama –, fez uma homenagem à minha família, colocando manifestantes em Copacabana – TVCâmara, filma aqui, por favor, põe na tela. (Mostra o jornal Zero Hora.) Agora eu posso falar, mas colocar na minha rede social, aí é apologia. Se o jornal Zero Hora coloca, aí eu vou abordar em voga, no jornal Zero Hora. Aí, agora eu posso falar. Colocaram aqui: “Este bairro já foi melhor”. E a senhora fala: “Agora tá tomado pela democracia!” E, do outro lado, está escrito nas janelas: “Sem anistia!” E aqui na camiseta do manifestante está escrito, agora eu posso falar: “Ustra vive!” e sempre viverá! Para cima deles!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Coronel Ustra. Gostaria de solicitar... O Ver. Moisés está na Casa? (Pausa.) Ver. Tiago Albrecht, se puder assumir a presidência, para eu poder resolver um problema da Ver.^a Grazi ali no gabinete. Por gentileza.

(O Ver. Tiago Albrecht assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Quero cumprimentar o Ver. Tiago Albrecht, que preside essa sessão, demais vereadores, público que nos assiste das galerias, da TVCâmara. Quero vir falar aqui de algumas manchetes que saíram também nos jornais, na rádio, na televisão, do nosso Presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que mais uma vez faz uma farsa com o povo brasileiro, engana o povo brasileiro, através das suas narrativas. Dentro da sua popularidade cada vez menor, principalmente com aquele que ele diz que defende, que é o povo pobre, que cada dia que vai ao supermercado e tem que eliminar das suas compras....Venho da área do supermercado e sei como é que os pobres, nesses momentos em que a inflação sobe e que os produtos tomam uma escalada gigantesca, como está acontecendo no Brasil, principalmente pelos gastos do governo. O governo aumenta seus gastos cada vez mais, mais gasta do que arrecada, e aí tem uma fúria arrecadatória para recompensar, mas com isso a inflação sobe – hoje está se votando a taxa Selic, que deve subir mais um ponto percentual; com isso vem a inflação junto. A população, principalmente aquela de positivo menor, vai ao supermercado, olha os preços e acaba tendo que substituir a carne pelo ovo, depois nem mais o ovo consegue comprar, por causa que o preço vai às alturas. Com isso cai a popularidade do governo. E ele, muito preocupado com a popularidade e com a eleição em 2026, vem agora com uma nova farsa, quer dizer que vai baixar, vai aumentar a alíquota do imposto de renda, diminuir a isenção até R\$ 5 mil. Com isso a população, 10 milhões de pessoas, vão deixar de pagar imposto de renda. Eu digo que é uma farsa e um ato populista porque essa lei não existe ainda, recém foi para o Congresso, depende de aprovação do Congresso, e nós estamos no ano de 2025. Se aprovada neste ano, ela só vai funcionar para essa população, para esses 10 milhões, no ano de 2027. Então, depois do período eleitoral, para um novo governo que nós não sabemos nem quem vai ser. É mais uma farsa do governo dizer que está preocupado com os pobres, mas na verdade ele está passando um projeto que não vai acontecer no seu governo. É só mais um ato de populismo do governo Lula dizendo que vai diminuir, isentando os mais pobres de impostos; na verdade, não vai acontecer ainda na sua gestão no governo federal. Por que não vai acontecer? Porque aprovado no ano de 2025, se for aprovado pelo Congresso, ela vai começar a valer em 2026. E quando começar a valer em 2026, o exercício de 2026 vai ser o imposto de renda de 2027. Então o governo faz mais um ato populista para o próximo

governo que ele nem sabe quem vai ser, e espero que não seja o Lula. Espero que seja um novo governo. E sim, é interessante se discutir as isenções de impostos, mas tudo nesse governo é uma farsa. E é mais uma farsa, mais uma forma ilusionista de enganar o povo, dizer que vai diminuir, uma coisa que não vai acontecer nem neste ano, nem no ano que vem e talvez aconteça no ano de 2027. O que nós sabemos sim que está acontecendo é que cada dia o governo gasta mais, e a população cada vez tem mais dificuldade de comprar o alimento. O governo que prometia picanha, não dá nem ovo para as pessoas. As pessoas de baixa renda estão cada vez com mais dificuldade, porque a inflação cresce e cresce de forma galopante, porque o governo gasta e gasta mal o dinheiro, gasta em viagens, gasta onde não deveria gastar, ao invés de gastar com aquilo que deveria gastar. Então, mais uma farsa do governo populista, do governo Lula, dizer que vai aumentar a isenção dos impostos, que não é verdade, esse governo não o fará mais. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Agradeço ao Presidente Tiago Albrecht, que preside os trabalhos. Agradecer aos colegas, Ver. Ustra, Ver. Ramiro, por darem o suporte aqui para nós.

(O Ver. Giovane Byl coloca um *skate* e uma camiseta na tribuna.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ver. Byl, posso só lhe pedir para a sua assessoria dobrar a camisa, para não taparmos o brasão da nossa leal e valorosa... Fui orientado aqui. Se puder dobrar ali... Desculpa eu interromper V. Exa. Vou zerar novamente o cronômetro.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Muito obrigado, Presidente. Obrigado aos colegas pela atenção. Mas subo a esta tribuna hoje, no período de líder do nosso partido Podemos, porque Porto Alegre será palco, nos próximos dias, de 21 a 30 de março, do maior evento de *skate* da América do Sul, que é o STU Pro Tour. Esse evento vai acontecer na nossa pista de *skate*, a maior pista de *skate* da América Latina e vai contar com os maiores nomes do cenário do *skate* mundial. Pois é, meu amigo porto-alegrense, você que me assiste, o *skate*, que há pouco tempo, era um esporte marginalizado, era um esporte que tinha muita dificuldade de ser aceito pela sociedade, mas que, ao longo dos anos, foi sendo reconhecido e, hoje, se tornou um esporte olímpico. Para quem talvez tenha conhecido o *skate* através da nossa fadinha, da Rayssa Leal, eu quero dizer que Porto Alegre é um polo dentro do cenário do *skate* nacional. É isso mesmo, aqui em Porto Alegre, nós temos grandes nomes do *skate* que representam Porto Alegre e o Brasil no mundo afora. E já que nós vamos estar celebrando, nesses dias, o *skate* num tamanho nunca visto aqui na nossa cidade, eu quero fazer a lembrança e menção de alguns nomes aqui, como Luan de Oliveira, que é um skatista aqui do Partenon que ganhou o mundo através dessas quatro rodas. Não posso também deixar de citar o Cezar Gordo, o Marcus Cida, Dwayne Fagundes, Djorge Oliveira, o Parmalat, a Maria Lúcia, a Sofia Godoy. Não posso também deixar de citar aqui as ONGs que sempre trabalharam em prol do *skate* no nosso Estado e na nossa cidade, como a Federação Gaúcha de Skateboard, a Associação Porto Alegre de Skate, os projetos sociais que trabalham o *skate* como ferramenta de inclusão social lá na Restinga, Apampa, a Alvo Associação Cultural, lá da Zona Norte, o Drop do Bem, o Skate na Vila, o Pé na Tábua, o Seja Livre Skate. E dizer que, como skatista, nós estamos muito entusiasmados com esse evento que vai ser transmitido, Ver. Ustra, na rede nacional, a Globo vai estar transmitindo esse evento, meu amigo Fleck. Mas eu quero salientar que Porto Alegre precisa ainda encarar esse esporte, e nós precisamos dar mais atenção para as nossas pistas que estão nos bairros. Nós temos uma pista de *skate*, Ver. Giovanni Culau, lá na Praça México, nós temos uma pista no Chico Mendes, nós temos uma pista lá na

Restinga, mas nós precisamos de mais, nós precisamos avançar mais. Em 2018 nós aprovamos uma lei aqui, Presidente, que era a lei que colocava o *skate* no calendário comemorativo da nossa cidade, o Skate Day, e todo ano nós fazemos um evento lá no Parque Chico Mendes. Eu faço questão de expor aqui porque esse instrumento me tirou de dentro do Mário Quintana, lá em 1998, quando eu conheci o esporte, até então eu achava que o mundo se iniciava e se acabava no Mário Quintana, mas esse esporte me tirou de dentro da comunidade e me fez ver que Porto Alegre era muito maior. E é por isso que nós acreditamos na importância de incentivar o esporte como ferramenta de inclusão social, é por isso que nós celebramos o *skate* e celebramos o STU. Obrigado aos colegas, obrigado Presidente, pelo tempo. E vamos lá pessoal, é gratuito, o STU é gratuito, é só entrar, quem quiser garantir a arquibancada é só entrar lá no *site* porque os ingressos são gratuitos e para toda a população porto-alegrense. Nos encontramos nos dias 21, 22, 23, 28, 29, 30, no maior evento de *skate* do Brasil. Vida longa ao *skateboard*. O *skateboard* é esporte, *skateboard* é resistência. (Palmas.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Giovane Byl. Gostaria de quebrar o protocolo para que nós homenageássemos o aniversariante do dia, o Ver. Giovanni Culau, o nosso colega, que está de aniversário.

(O plenário entoou o Parabéns para Você.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Que Deus abençoe V. Exa. com muita saúde e muito trabalho.

Vereador Giovanni Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, quero agradecer pela felicitação, pela quebra de protocolo e agradecer a cada colega, vereador, vereadora desta Casa pela oportunidade de viver este momento aqui

ao lado de cada um e cada uma, lutando por uma cidade melhor. Muito obrigado. Quem ainda quiser salgadinho, eu posso trazer mais.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): O Ver. Ramiro diz que quer! Vida longa ao nosso colega Giovani Culau. Consulto o plenário se mais algum líder fará uso do tempo de liderança. (Pausa.)

(15h28min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCE nº 011/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLCE nº 011/22.) Já discutiram a matéria o Ver. Jonas Reis e a Ver.^a Karen Santos.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Antes de abrir novamente a discussão, registro, para os Anais, a presença do Ver. Pedro Ruas. A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom, boa tarde a todos e a todas que nos acompanham aqui presencialmente e que estão conosco pela TVCâmara. Eu tenho me perguntado, nesses últimos meses, qual tem sido realmente o nosso papel como vereadores e vereadoras desta Casa. E por que é que eu tenho feito esse questionamento? Porque nós estamos, de novo, votando num projeto que o governo, que o Executivo apresenta, e quando ele apresenta este projeto ele coloca como condicionante a possibilidade de o governo medir, trazer as regras do jogo via decreto. Eu queria muito poder dialogar com quem está em casa para entender como funciona esse processo aqui dentro da Câmara de Vereadores. Nós somos eleitos para fazer, para

legislar políticas públicas para a nossa cidade pensando no bem comum da comunidade e aqueles e aquelas que a servem. Pois bem, o projeto que está em votação neste momento fala sobre a licença-prêmio dos servidores e servidoras deste Município, as pessoas que estão no posto de saúde, os professores e professoras que estão na escola, quem trabalha lá no CRAS, no CREAS, quem está no DMLU, no DMAE. Nós estamos falando de servidores que estão lá na ponta e são concursados no Município. Pois bem, o projeto apresentado pelo governo municipal é para mudar as regras dos benefícios que esses servidores têm direito, como a licença-prêmio. A licença-prêmio não é e nunca foi um privilégio para esses trabalhadores e trabalhadoras. E digo o porquê. Hoje, um trabalhador que é estatutário não tem direito a Fundo de Garantia, não recebe nenhum benefício ao se aposentar. A licença-prêmio cumpre um papel de suprir as necessidades a cada cinco anos, dando o benefício ou de gozo, ou de poder a pessoa receber em recursos financeiros. E o que a Prefeitura está propondo? Mudar as regras de como esse trabalhador ou essa trabalhadora vai ou não ter direito a receber esses benefícios. Então, gente, fica aqui o nosso repúdio em relação a este projeto. Nós trouxemos aqui propostas de emenda para qualificar, para melhorar este projeto de lei. Nós entendemos que não é via decreto que as regras se estabelecem, afinal, os vereadores e as vereadoras estão aqui para que, se nós vamos estar dando uma carta em branco para que o prefeito possa definir quais são as regras do jogo? E nós não acordamos que seja dessa forma que as coisas tenham que se resolver. Eu gostaria de poder votar num projeto de lei que eu soubesse quais são as regras, que eu soubesse quais são os critérios que a Prefeitura vai utilizar para dar o benefício ou não para os trabalhadores e trabalhadoras. Entendo que a cada cinco anos cada trabalhador que cumprir com as suas funções tem o direito de receber a licença-prêmio e isso não pode estar condicionado a regras e à mudança de jogo na medida que o tempo passa. Então aqui fica a nossa reivindicação, o pedido para que os colegas vereadores reavaliem as emendas apresentadas, porque entendemos que nós estamos aqui para cumprir o papel de legislar sobre as regras do jogo e não a Prefeitura. Então nós repudiamos a ideia e a proposta de que seja definido

via decreto. O prefeito que venha aqui, volte a ser vereador e não prefeito da cidade.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, vereadora.

O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/22.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, população de Porto Alegre que está nos assistindo; boa tarde, Mesa; gostaria de dizer que hoje a gente tem um projeto que é de extrema importância para a cidade de Porto Alegre e ele é um projeto que tem mais uma vez uma visão sobre uma política neoliberal em cima da nossa cidade. Mais uma vez estão tentando acabar com um direito conquistado pela população. A gente traz essa forma, esse contexto, que eu acho que é importante da população entender, para reduzir os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras aqui da nossa cidade. Isso não é algo que está acontecendo apenas de hoje. A gente já tem um histórico disso na nossa cidade. E eu quero lembrar um pouquinho para a gente poder debater esse assunto e trazer isso para a população. Por que é importante a gente falar sobre a valorização dos profissionais da nossa cidade? A gente sabe que esse projeto de diminuição do Estado já vem lá de antes, lá do governo Marchezan, onde a gente começou a ter uma série de cortes, sobretudo com o congelamento dos salários dos servidores e a retirada de diversos direitos. A gente sabe que naquela época a gente chegou a ter uma perda em torno de 38% do poder de compra dos servidores em Porto Alegre – 38% de perda de compra do seu salário. Gente, isso é gigantesco. Os servidores de Porto Alegre perderam e perderam muito. Tudo isso dentro de uma lógica, uma lógica de diminuição do Estado, uma lógica de destruição da coisa pública, sucateamento da coisa pública. Isso seguiu, a gente viu esse processo também dentro das terceirizações na saúde. A gente viu isso dentro das terceirizações na educação, com a contratualização de escolas e não mais a utilização do servidor público,

do professor, do médico, do enfermeiro, contratados aqui pelo Estado, pela nossa Prefeitura.

E o que isso vai significar? Quando a gente tem os postos de saúde terceirizados, como a gente vê hoje, com 95% dos postos terceirizados, a gente tem uma escolha muito clara que está sendo feita pela Prefeitura aqui em Porto Alegre. Uma escolha que diz que prefere o trabalhador precarizado àquele trabalhador que ganha bem. E isso é algo que acaba impactando diretamente na qualidade de atendimento da população. A gente sabe que hoje tem uma grande rotatividade dos profissionais de saúde; a gente sabe que os profissionais, os professores que estão contratualizados pelas escolas terceirizadas, chegam a ganhar em torno da metade do que um professor do Município ganha. Isso significa que temos professores sendo contratados por menos, mas também significa que temos professores que estão com uma qualidade mais baixa.

Um levantamento muito importante que foi feito, uma comparação entre os professores que têm contrato de servidor concursado com aquele professor que é terceirizado, a gente viu que, em torno, apenas um a cada cinco desses professores da educação básica tem ensino superior. Enquanto, quando a gente vai falar do servidor, do professor que está nas escolas municipais, eles têm, em quase toda a sua totalidade, um curso superior. Vejam a diferença. Como é que isso vai impactar na educação da população? Como é que isso vai impactar na vida das pessoas? É necessário a gente debater isso. E aí quero trazer um outro exemplo: aqui em Porto Alegre mesmo, dentro da saúde, hoje os postos de saúde estão tendo uma dificuldade muito grande de manter os seus profissionais médicos. A gente tem uma rotatividade gigantesca. Os médicos ficam três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses no máximo e depois já saem. Isso se deve muito aos baixos salários, às garantias reduzidas de trabalho, e a gente consegue ter uma contrapartida quando a gente olha, por exemplo, para o Hospital Conceição, para o Grupo GHC, que é um grupo federal basicamente formado por servidores públicos. Os médicos, as enfermeiras que estão lá são servidores públicos. E aí a gente consegue ver a diferença. Onde a gente teve, só entre 2022 e 2024, ou seja, no final do governo federal anterior e

agora esse ano, a gente teve um aumento mais de 15% do número de internações. A gente teve um aumento de quase 20% no número total de cirurgias que aconteceram. E tudo isso foi através de profissionais servidores contratados. Valorizar o profissional servidor é dar maior garantia de qualidade no atendimento para a população. E é isso que a gente quer. A gente quer qualidade para a população. E para a gente ter isso, a gente precisa garantir os direitos dos professores, dos enfermeiros, dos médicos, de todos os trabalhadores do nosso município. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Bublitz.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/22.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado, Sr. Presidente Tiago Albrecht. Que bom vê-lo dirigindo o nosso trabalho nesta tarde. Vossa Excelência que tem crescido como vereador aqui na Casa e como Presidente, o senhor está indo muito bem.

Este projeto não teria muito para discutir. Eu quero só colocar algumas dúvidas aos meus colegas vereadores. Eu vejo aqui que esse projeto não tem muita contestação, não; porque ele não extingue nenhum direito. Eu estou desconfiado que nem o próprio Simpa é contra esse projeto, por que eu não vejo o Simpa aqui nas galerias. Eu estou desconfiado que são apenas dois ou três militantes, provavelmente do PT, não sei de quem, mas não há uma contrariedade. Por que não há contrariedade nesse projeto? Na União, no governo federal não existe mais a licença-prêmio dessa maneira. No governo estadual também não. Só existe em Porto Alegre a licença-prêmio nos modos que está. Nós estamos apenas aqui, nesse projeto de agora, regulamentando uma coisa que está fora do normal. Então, com essa pequena visualização que nós temos aqui, dá para dizer que esse projeto é um projeto para ser aprovado com uma certa larga vantagem de votos. Eu respeito todos os vereadores que são da oposição e que até gostariam de votar a favor deste projeto, mas, pela

sua condição, eu tenho que respeitá-los – tenho que respeitá-los. Mas os próprios vereadores da oposição sabem que não é toda a categoria do funcionalismo que está contra este projeto, ao contrário, a grande maioria dos servidores municipais aprova este projeto, porque acha que pelo menos dá um ar de moralidade – moralidade. Por isso nós vamos votar este projeto, vamos votar com muita convicção, e eu convido toda a base para votar, porque é um projeto muito importante para sinalizar para a sociedade, que não gosta, a sociedade não aprova certas regalias que poucos têm. Obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Cecchim. Gostaríamos de registrar a presença da vereadora de Pelotas, a Sra. Fernanda Miranda, que está visitando a Casa, está aqui a Karen Santos a recebendo. A Ver.^a Karen falou que os doces de Pelotas ainda virão. Foi a Ver.^a Karen que botou na obriga, vereadora, está bem? (Risos.) Seja bem-vinda entre nós aqui. Obrigado, Ver.^a Karen.

Vamos, primeiro, a um pregão da Ordem do Dia. O nosso diretor Luiz Afonso fará um pregão. Pode ser, Ver.^a Juliana? Um pregão então com o Luiz Afonso, depois a Ver.^a Juliana.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04, 05, de autoria da Ver.^a Grazi Oliveira, do Ver. Jonas Reis e do Ver. Pedro Ruas, ao PLL n^o 080/22.

Apregoo a Emenda n^o 01, de autoria do Ver. Marcos Felipi, ao PLL n^o 012/25.

Apregoo requerimento, de autoria do Ver. Giovani Culau, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n^o 06 ao PLL n^o 011/21.

Apregoo também a Emenda n^o 08, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLE n^o 011/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau solicitando votação em destaque para essa emenda. A matéria tramita sob a égide do art. 80 da Lei Orgânica, não há necessidade da dispensa do envio às comissões.

Apregoo, relativamente ao PELO nº 003/21, a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e também a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

Apregoo diversos desarquivamentos, cujo relatório está sendo distribuído às Sras. e Srs. Vereadores.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/22.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Regalias? Quais são as regalias que tem uma categoria que já soma 33,4% de perda salarial? É isso que eu queria perguntar ao líder do governo que subiu na tribuna antes de mim e que fala que nós, servidores e servidoras municipais, que viemos sofrendo nos últimos governos paulatinamente sucessivas perdas de direitos, que nós temos regalias. Regalias, meu colega Ver. Idenir Cecchim, regalias têm aqueles que aumentam os seus próprios salários, como quem estava na legislatura passada e aumentou o seu salário para esta legislatura. Regalias tem um prefeito que tem um salário que nada condiz com a realidade da população para quem ele governa. Regalias tem o empresariado que ganha todos os dias com os conchavos e as negociatas que são feitas por um governo privatista, que terceiriza tudo, agora terceiriza até a educação, e quer vender a nossa água. Regalias não é o que nós, municipais e municipais, temos. Nós não. Nós temos, meus colegas, um salário congelado desde 2023. As nossas perdas somam 33,4%, mas o nosso vale-alimentação também não é reajustado. A gente tem sofrido perdas desde o governo Marchezan, que mudou inclusive o nosso plano de carreira, alterando os triênios para quinquênios, mudando a porcentagem. Os municipais e municipais só têm perdido com os governos neoliberais de Marchezan e de Sebastião Melo. Essa é a verdade. E é a verdade que tem de ser dita nesta tribuna. Como bem falou aqui, antes, a vice-líder da oposição, minha colega Ver.^a Grazi, nós, funcionárias e funcionários públicos, não temos direito a FGTS. A licença-prêmio é esse direito que nós temos, pelo

nosso tempo de serviço, de prestar um serviço de qualidade para a população que mais precisa, para aqueles meninos e meninas que estão nas periferias da nossa cidade e acessam às nossas escolas do Município, como a que eu trabalho, a EMEF Nossa Senhora de Fátima, lá na Bom Jesus, para a população que vai no posto de saúde, que vai no CRAS, no CREAS, para quem precisa de água na torneira e é atendido pelos servidores do DMAE – está aqui o meu colega Edson, municipalário também –, pois nós, que prestamos esse serviço de qualidade, estamos tendo a cada dia mais ataques. Se esse projeto fosse um projeto tranquilo, a base do governo teria tido tranquilidade também para aprová-lo, mas não é isso que a gente viu, porque muitos colegas sabem que retirar direitos não é o que a gente deveria estar fazendo aqui, principalmente para quem presta serviços essenciais a quem elege vocês.

Pois então, meus colegas, eu quero pedir a sensibilidade de vocês para que vocês não votem, inclusive, naquilo que é também uma ilegalidade, pois a nossa licença-prêmio está garantida na Lei Orgânica do Município. E o mesmo prefeito Melo tentou, no seu último governo, retirar a nossa licença-prêmio, acabar com a licença-prêmio, mas não tinha os votos para mudar a Lei Orgânica, por isso apresentou esse PL. Mas também não tem a garantia aqui neste plenário de que toda a base do governo vai votar para arrochar, para atacar, para destruir ainda mais as condições de trabalho, de vida e de dignidade dos servidores municipais. Então eu quero pedir a sensibilidade dos colegas para que a gente rechace esse projeto que não nos assegura direitos, que desmonta ainda mais a nossa carreira. Peço que votem pelo serviço público, pelos direitos e pelas políticas públicas daqueles e daquelas que elegeram vocês, que é o povo de Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Juliana.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/22.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente em exercício, Ver. Tiago, vereadores, vereadoras, público que assiste pela TVCâmara; nós estamos discutindo este projeto, e eu, em primeiro lugar, queria me dirigir à categoria dos municipais, porque, no caso da licença-prêmio, eu estou convencido, nós conseguimos uma grande vitória. Porque nós sabemos bem – estou vendo o Mário, o Edson, o pessoal que é da categoria, os dirigentes sindicais do Simpa, que na gestão passada do prefeito Melo acompanharam muito esse debate, já também durante o governo Marchezan –, há um objetivo de liquidar com a licença-prêmio, que vem já de longa data. E felizmente, felizmente, é muito importante que se diga, pela resistência dos servidores municipais, a licença-prêmio se manteve, e este projeto, não é um projeto... Eles mudaram o projeto bastante, o primeiro projeto que eles apresentaram, que o governo apresentou aqui, era dúvida, deixava estranho, parecia que o prefeito ia decretar. Já não é mais o caso, o projeto é um projeto que mantém a licença-prêmio, porque, felizmente, o governo não teve condições de alterar a Lei Orgânica e, ao não alterar a Lei Orgânica, a licença-prêmio se mantém, e eu considero que isso é uma conquista dos servidores e da resistência parlamentar, que foi feita nesta Câmara de Vereadores, durante a legislatura passada, inclusive dos servidores, de toda a categoria, servidores da Câmara. Nós tivemos essa conquista de tal forma que o projeto que será votado, ele mantém – isso é importante – que por quinquênio de efetivo exercício, o funcionário terá o direito à concessão automática de três meses de licença-prêmio. Isso é o primeiro ponto. Depois – acho que vale a pena termos isso em conta – vamos ter... É óbvio que a mudança que tem é que já não vai poder acumular a licença-prêmio lá no final. Isso é uma mudança em relação ao que é hoje; nós vamos ficar muito fiscais da possibilidade de que o governo utilize as chefias para pressionar pela retirada da licença-prêmio em momentos que não é o mais adequado, seja para o serviço, seja para o funcionário. Isso é importante que se diga porque a licença-prêmio será exercida no quinquênio. Agora, eu vejo que nessa votação... Vamos votar contrário a essa proposta, embora eu saiba que essa proposta não termina com a licença-prêmio, e em alguns casos, inclusive, pode até beneficiar o

servidor, como é o caso da indenização, quando tem a garantia do pagamento da indenização, o governo municipal... A prova de que o governo municipal não tem diálogo com os servidores municipais é esse tipo de projeto, porque é um projeto que o governo poderia, inclusive, discutir melhor com o Simpa, mas não, o governo tem como linha política derrotar o sindicato dos municipais, impedir que os municipais tenham consciência da força que eles têm quando estão unidos com o sindicato dos municipais. E da nossa parte, da parte da oposição, é muito importante fortalecer essa consciência, porque os municipais unidos e organizados via Simpa significa que os municipais vão ter condições de ter melhorias nas suas condições de trabalho, nas suas condições salariais; portanto, atender melhor a população, que é o objetivo de toda a categoria. A categoria está cada vez mais convencida, está crescendo a sua consciência de que é hora de se unir para lutar pelos seus direitos, razão pela qual, no dia de amanhã, nós teremos uma paralisação dos servidores, uma paralisação importante. Eu sei que a área da educação é uma das áreas mais mobilizadas, mas é uma paralisação geral dos servidores. E essa paralisação deve ser amplamente apoiada pela população de Porto Alegre, porque os servidores liderados pelo Simpa são os que podem garantir que os serviços públicos melhorem, porque são os servidores que estão pleiteando que os concursados sejam chamados, são os servidores que estão pleiteando que os salários melhorem, que haja reposição e que o atendimento da população seja uma prioridade da Prefeitura de Porto Alegre. Por isso, todo o apoio à paralisação que o Simpa está chamando para o dia de amanhã. Muito obrigado. Presidente Tiago.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Roberto Robaina.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/22.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, só queria fazer uma referência, uma visita importante que nós temos aqui do diretor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Fernando Postal, só fazer esse registro.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, seja bem-vindo, diretor Fernando Postal, a Casa é sua, que alguém alcance um cafezinho ali também depois, para o senhor se congregar junto com os vereadores.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Tiago Albrecht, meus caros colegas, vejam os senhores, a esquerda utiliza o serviço público, o sindicato dos municipais sempre com o mero objetivo de manter um curral eleitoral. Sobem aqui para falar em direitos, direitos, direitos... Aliás, eu vou contar quantas vezes a Ver. do PT, Juliana, disse aqui: proteção dos nossos direitos. Só pensam em voto, só pensam em agradar a claqué do funcionalismo público. Serviço na rua, prestado à população, não. Isso eles não se importam, porque se importassem, estariam a sério discutindo a concessão do DMAE, para que a gente possa ter um alto volume de investimento num curto espaço de tempo para tirar as crianças do meio do esgoto, para levar água no verão, no calor extremo do Extremo-Sul, a Zona Leste, onde falta absolutamente todos os anos. É muito incrível ver o uso político da máquina do Simpa e dos servidores públicos para apenas buscar aplausos de uma claqué. Sempre que eles vêm falar aqui em privilégios para servidores públicos e é um privilégio, sim, como disse o líder do governo, eu fico pensando na tia da marmita, aquela senhora que pode ser moradora aqui de qualquer bairro da nossa cidade, do Rubem Berta, da Restinga, que, de domingo a domingo, faz quentinhas, faz marmita para poder vender na obra, para poder vender em frente a empresas, para ganhar o seu sustento e colocar o pão na mesa da sua família. Essa senhora não consegue nem entender o tamanho dos privilégios, gratificações e de todos os penduricalhos que o funcionalismo público, a própria classe política e o Poder Judiciário têm dentro do nosso País. Ela jamais vai conseguir chegar perto de

algo parecido como trabalhar por cinco anos e poder folgar três meses recebendo salário, ou pior ainda, vender esses três meses e embolsar dinheiro. A licença-prêmio, aliás, foi um dos responsáveis pela quebradeira do Estado do Rio Grande do Sul. Fernando Henrique Cardoso aboliu a licença-prêmio, em 1998, do serviço público federal. Eduardo Leite, em 2019, conseguiu enfrentar essa pauta também terminando com a licença-prêmio dentro do serviço público estadual. E agora, em 2025, a gente segue aqui debatendo esse tema e não olhando para o equilíbrio das contas públicas, que é o que, de fato, vai trazer qualidade de vida e uma cidade melhor para todos os porto-alegrenses. Direitos, direitos e mais direitos, mas pouco se ouve falar da esquerda aqui sobre os deveres que o funcionalismo público tem com a cidade. Não vejo em absoluto eles cobrarem melhores serviços prestados por aqueles que já têm o maior de todos os privilégios, que é a estabilidade funcional, estabilidade. Servidor público, quando opta, afinal de contas, ninguém botou uma arma na cabeça de alguém para fazer um concurso público, quando alguém, uma pessoa, um homem ou uma mulher, opta em fazer um concurso público, em prestar serviço ao público, ele já tem ali garantido, quando passa, a maior de todas as regalias existentes que é a estabilidade funcional. Não pode ser demitido e exonerado a qualquer tempo. Até mesmo a classe política, que também tem muitos penduricalhos e privilégios, tem aqui um concurso a cada quatro anos, que é um ritual que serve para que as pessoas, a população, os eleitores, devem dizer quem pode continuar ou não pode continuar. Isso não existe no funcionalismo público. Se escondem, muitas vezes, debaixo da estabilidade para continuarem encostados e prestando um mau serviço à população de Porto Alegre, que é efetivamente quem paga a conta. E olha, esse projeto que está em baila aqui nem quer acabar com a licença-prêmio, quer regulamentar. Quem quer acabar com a licença-prêmio não é o prefeito; eu quero, eu acho que deveria ser mais ousado ainda, deveria ser mais ousado ainda, acabar de uma vez por todas com a licença-prêmio, inclusive também com essa questão inconstitucional que já foi colocada, que é sobre a venda dos meses para ganhar uns pilas depois. No Poder Judiciário tem muito juiz que acaba acumulando tanto penduricalho, tanta

licença-prêmio que acaba recebendo, num contracheque só, num único contracheque, quase um R\$ 1 milhão! Meus amigos, a tia da marmitta não aguenta, o cidadão de Porto Alegre não aguenta, quem está trabalhando no dia a dia, esfriando a barriga atrás de um balcão e esquentando na frente de um fogão não consegue entender, e infelizmente todos esses privilégios saem do bolso dessas pessoas. Muito obrigado, Presidente Tiago Albrecht, prazer em vê-lo comandando a sessão.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Ramiro Rosário.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/22.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Tiago; cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a sessão, de modo especial o servidor público, de modo especial o servidor público que está, com certeza, apreensivo diante de uma dura realidade que se apresenta. Muitos, inclusive, servidores públicos podem ter votado nesse governo e devem estar muito arrependidos. Assim como aconteceu com o servidor da Carris, quando o atual prefeito disse que não ia privatizar a Carris; não só privatizou a Carris, mas antes disso, mandou um projeto de lei para esta Casa, extinguindo o cobrador de ônibus: 3.600 pessoas foram demitidas por causa desse projeto do governo, iniciado lá no governo anterior, governo Marchezan, extinguindo os cobradores. Não foi diferente com os trabalhadores da saúde, começando no Marchezan, terminando no governo Melo, demitindo 1.800 servidores públicos, e depois foram terceirizados os serviços. Este governo não gosta de pobre e não gosta de servidor. Não gosta de servidor público, porque ele não faz concurso público, não valoriza a carreira do servidor público, retira tudo o que ele conquistou ao longo do tempo. Terminaram com os anuênios, os quinquênios, os triênios, agora querem tirar o direito à licença-prêmio, que só existe após cinco anos de trabalho. No projeto de lei, se o cidadão

participar de uma greve, tiver falta, o governo quer pegar isso como justificativa para acabar com a licença-prêmio. Isso é perseguição, isso é assédio moral, isso é irresponsabilidade do atual governo. Nós não podemos aceitar isso! Por que o governo já sinaliza para aceitar a Emenda nº 05? Para não perder. Mas por que também não pode acumular? Tem algumas funções, por exemplo, dentro da área da educação, que tu não podes tirar licença-prêmio, e agora o governo está dizendo que não pode acumular. Então, especifica quem não pode acumular, mas pode receber após o período tal que acumulou. Por isso eu estava discutindo, nobre líder Ver. Cecchim, com a Cláudia, sobre essa questão de alguns que não podem tirar. O governo está dizendo que tem que tirar, não pode acumular, mas algumas categorias ligadas à educação não estão conseguindo tirar depois de cinco anos, porque o próprio governo impede. Então, é óbvio que vai acumular. O governo tem que especificar e aceitar algumas emendas que nós apresentamos, para poder possibilitar que isto não aconteça: uma desmotivação do servidor. Eu acho que é muito real, além de que, ao longo dos anos, não se deu reposição salarial. É necessário valorizar o servidor com um plano de cargos e salários, para poder dar continuidade àquilo que nós falamos muito, a valorização do servidor. Esses últimos governos não fizeram isso, não recebiam as suas representações, não davam nenhum benefício, nem mesmo o plano de saúde, foi uma briga – foi uma briga! Até então, há uma discussão muito pontual do sindicato em relação a isso, e agora o governo faz um remendo nesse projeto de lei para tentar reforçar o que ele queria antes: tirar a licença-prêmio. Tirar a licença-prêmio, porque, no fundo, no fundo, o governo queria tirar, não vai conseguir. Mas ele já sinaliza que pode fazê-lo por decreto! Nós esperamos que isso ele não possa fazer, porque é inconstitucional. O governo Fernando Henrique retirou, sim, a licença-prêmio dos funcionários públicos federais. O governo do Estado ia retirar, só não pôde retirar porque a Assembleia Legislativa, na sua grande maioria, se rebelou e apresentou uma alternativa para transformar a licença-prêmio em licença-capacitação, isto é, o cidadão pode fazer um curso naquele período. Mas nós queremos manter a licença-prêmio como um direito, uma conquista, e por isso apelamos ao governo que volte atrás,

aceite as emendas que nós apresentamos, para poder abrir o diálogo – essa que é a grande questão. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Atendendo aqui aos pedidos da liderança da oposição e do governo, suspendemos a sessão.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h09min.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): (16h16min) Estão reabertos os trabalhos.

Pergunto se mais alguém vai discutir? (Pausa.). Suspendo por outros dois minutos adicionais.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h16min.)

(A Ver.^a Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): (16h20min) Estão reabertos os trabalhos. Pois não, Ver.^a Cláudia Araújo?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, conforme acordo com a oposição, vamos retomar, e a Ver.^a Grazi vai fazer a solicitação de retirada de uma emenda que a gente acordou.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ver.^a Grazi?

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL) (Requerimento): Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLCE nº 011/22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Grazi Oliveira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS) (Requerimento): Presidente, solicito, em nome da bancada do Republicanos, a retirada de tramitação da Emenda nº 07 ao PLCE nº 011/22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** (Pausa.)

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 011/22. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária dos vereadores Tiago Albrecht e Ramiro Rosário.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 011/22. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht e do Ver. Ramiro Rosário.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 011/22. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar.

Ver. Pedro Ruas vota “sim”, Ver.^a Natasha vota “sim”, Ver.^a Comandante Nádia vota “sim”, Ver. Gilson vota “não”. Ah, não, desculpa, Ver.^a Comandante Nádia vota “não”, eu estou tão influenciada por esta turma do bem. Ver.^a Comandante Nádia vota “não”. (Risos.) Ver.^a Atena vota “sim” Vocês não estão conseguindo votar aí? Eu vou solicitar para o diretor geral dar uma chegada aqui com os técnicos. (Pausa.) Já estão tratando, está com problema mesmo então. Algum vereador gostaria de alterar ou registrar o seu voto? Está encerrada a votação. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 011/22. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária dos vereadores Ramiro Rosário e Tiago Albrecht.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 011/22. (Pausa.) A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Colegas, eu peço apoio na Emenda nº 06, que foi muito discutida aqui com o governo, inclusive, reconhecida a importância do seu tema, porque versa, sobretudo, sobre aquelas pessoas que já têm o direito adquirido, e especialmente dedicando atenção aos colegas e às colegas que estão em processo de entrar em cronograma de aposentadoria. Quem já trabalhou uma vida inteira, está com seu cronograma de aposentadoria encaminhado, conta com o direito de gozar licença-prêmio que acumulou ao longo da sua vida de trabalho; poder manter garantido esse direito. Nós conversamos, inclusive, com o governo, que reconhece que é um tema pertinente, porque nós estamos falando simplesmente de não modificar a organização da vida de várias professoras e professores, de vários enfermeiros e enfermeiras, médicos, dentistas, que dedicaram uma vida de trabalho a atender a nossa população e que agora, em vigência da nova lei, vão ter que alterar toda a sua organização para o próximo período de vida. Então, a gente pede uma sensibilidade dos colegas. Essa foi uma demanda trazida por um conjunto de colegas que está prestes a entrar em aposentadoria e que já está planejando ir cuidar dos netos, ir para a praia, porque já está com esse direito adquirido depois de 25, 30 anos, às vezes, de trabalho para a Prefeitura de Porto Alegre. Nós consideramos que é justo reconhecer a dedicação daqueles e daquelas que serviram à nossa cidade; por isso pedimos o apoio à Emenda nº 06 para assegurar o direito de gozar licença-prêmio para quem está em cronograma de aposentadoria ou vai entrar em cronograma de aposentadoria, já tem esse direito adquirido, que possa ser assegurado. Eu quero finalizar aqui o

uso deste tempo também, Presidente, para dizer que enquanto nós estamos fazendo essa discussão tão importante para os servidores e para as servidoras municipais, a gente está tendo, por parte do secretário municipal de Educação, mais uma ameaça ao nosso direito constitucional de greve. O secretário municipal de Educação está enviando às escolas uma ameaça de que se nós pararmos amanhã, o que nos é um direito assegurado pela Constituição, nós sofreremos penalidades. Pois saibam que muitas escolas amanhã estarão em greve, estarão totalmente paralisadas, porque nós temos situações precárias, nós temos condições precárias de trabalho: escolas com vários problemas de manutenção, que não têm garantido o seu corpo docente, os servidores que deveriam estar lá, porque não são nomeados os nossos professores e professoras. Temos estudantes da educação especial que não frequentam a sala de aula porque não tem monitor e porque foram remanejados de forma forçada e arbitrária os monitores das EMEFs; nesse contexto de total precarização da educação municipal, depois de anos de corrupção do governo Melo, o secretário municipal de educação tem a cara de pau de ameaçar os professores e professoras que têm garantido constitucionalmente o seu direito à greve, pois não pararão a nossa mobilização. Amanhã, o Centro de Porto Alegre vai estar tomado pela força dos educadores, das educadoras e dos municipais desta cidade que não vão aceitar mais um ataque aos seus direitos. Então, peço aí que a gente possa refletir nesse contexto daqueles e daquelas que prestam o serviço público, colega Ramiro, e não que têm regalias ou que só querem garantir os seus direitos, mas que principalmente querem garantir o direito da população ao serviço de qualidade, às políticas públicas, porque somos nós que estamos lá na ponta, atendendo quem mais precisa. E é o direito de garantir essas políticas que nós estamos querendo levar para as ruas da cidade; quem defende eles também deveria estar conosco amanhã. Então, muito obrigada, peço apoio à Emenda nº 06 para que a gente possa salvaguardar o direito de quem já tem esse direito adquirido.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 011/22.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Pupila da Gleisi, te acalma, tá. (Pausa.) Vou falar baixo, para não gritar, me pediram para não gritar. Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas, vejam só o presente de aniversário do Sindicato dos Municipários para Porto Alegre. Estamos entrando agora na semana do aniversário da cidade, e o que farão os servidores a mando dos diretores do Simpa? Paralisação, greve. Esse é o presente do Simpa, dos servidores públicos comandados pelo PT, pelo PSOL, pelo PCdoB para o cidadão de Porto Alegre que paga a conta. A cidade se planejando para os seus festejos de aniversário, e os servidores públicos se planejando para parar, para protestar. Por quê? Porque tem esgoto correndo nas vilas? Porque nós temos uma lista de 20 mil protocolos de podas de árvores em Porto Alegre? Porque nós temos diversos serviços que precisam de melhoria? Não, não, eles vão parar e fazer greve na semana do aniversário de Porto Alegre pelos seus direitos. Nossos direitos, meu direito, meu direito, meu direito, mas o direito do pagador de imposto, esse eles não se preocupam. Eles se preocupam apenas com os seus próprios benefícios e privilégios. Esta, infelizmente, é a realidade do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre e da esquerda que usa o Simpa como massa de manobra para tentar manter um curral eleitoral sem nenhum compromisso, sem nenhuma responsabilidade com as pessoas, com quem paga a conta, com quem trabalha no dia a dia e, muitas vezes, todos os dias da semana, sem nenhum penduricalho. Essa é a realidade. Sempre quando eles vêm falar aqui de direitos, privilégios, benefícios, gratificações do funcionalismo público, eu repito, eu lembro é da tia da marmitta, eu lembro é do tio do bar, do boteco, do motorista de aplicativo que está lá ralando todos os dias, de domingo a domingo, para poder colocar o pão na mesa da sua família. E a Juliana do PT fica gritando aqui: “Meu pai, meu pai é motorista de aplicativo.” A minha mãe é motorista de aplicativo também. Qual é o problema? É uma profissão honrada, estão lá se ralando, e trabalha de domingo a domingo, a minha mãe, motorista

de Uber. Minha mãe está lá trabalhando, daqui a pouco se encontraram por aí. Essa é a realidade do povo trabalhador que não tem privilégio, que não tem gratificação, que não tem licença-prêmio, que não tem penduricalho. Eles estão lá trabalhando no dia a dia e esperam o mínimo de nós que estamos aqui no palácio, o mínimo que eles esperam é que a gente possa dizer para eles: “Você que pagam a conta, nós vamos diminuir o tamanho, o inchaço da máquina pública. Você que pagam a conta, nós vamos cortar privilégios de quem tem privilégios injustificáveis e inclusive inconstitucionais”, que já foram derrubados, em 1998, no governo federal; que já foram derrubados, em 2019, no governo do Estado e que Porto Alegre, com a sua claque petista e o seu funcionalismo tacanha... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...quer insistir num modelo que não se sustenta.

Matemática não tem ideologia, se a conta não fecha, não existe como avançar numa política que prioriza o funcionalismo, mas que não prioriza a verdadeira função do Estado, que é, no mínimo, prestar um serviço de qualidade às pessoas, mas muito mais do que isso, trazer liberdade para as pessoas, para que elas possam ser felizes com o seu próprio trabalho, que elas possam trabalhar com dignidade, botar o pão na mesa da sua família com tranquilidade, sem ter um burocrata, um político dizendo o que ela pode fazer ou não fazer. Este é o Brasil que nós tanto lutamos para ver acontecer, mas que, infelizmente, ainda há uma caranguejada que toda hora quer só aplaudir a sua claque e nenhum compromisso com a cidade apresenta. Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Ramiro.

A Ver.^a Natasha está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 011/22, pela oposição.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde, Presidente Nádia, boa tarde, V. Exas., aos colegas de plenário, a todos que nos ouvem, nos assistem. Quero aqui dizer que a Emenda nº 06 tem como objetivo proporcionar

maior segurança aos servidores atuais, quando aqueles, por exemplo, já cumpriram determinado período. A gente tem falado aqui de algumas reformas de Estado que são necessárias, não é a que Porto Alegre faz. Porto Alegre vai na contramão das cidades mais avançadas do mundo e não consegue fazer minimamente uma valorização dos funcionários públicos. O que o vereador que me antecedeu disse aqui, falando de motorista de aplicativo e de Uber, ele esquece que quem tentou regulamentar a categoria e fazer com que os motoristas de Uber tivessem direitos foi o governo do Presidente Lula, e eles foram contra. Porque o que eles querem são pessoas que trabalhem 20 horas ou mais no Uber, que fiquem à margem completa da sociedade. Aliás, essa categoria não tem um ponto em Porto Alegre, ou ponto que tenha banheiro, que eles possam carregar o celular e que eles possam descansar. Quando se fala de condições de trabalho, eu que pergunto: qual é a empresa privada que esse nobre vereador já abriu aqui para falar sobre carga tributária, sobre alvará, sobre as dificuldades? Mas o Partido Novo é isso, né? Eles vêm aqui e fazem um discurso bonito, ocupam CCs com cargos públicos na gestão, eles negociam CCs, eles negociam, é importante que você saiba, quem nos assiste aqui, eles têm CCs no governo. O governador deles de Minas Gerais aumentou o próprio salário em mais de 200%, mas o problema para eles é o PT. O problema para eles é o que dá, é o que dá *like* para eles, é falar de algo muito maior do que eles, que é o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. Então esta emenda quer garantir que pessoas que estão nas vésperas de se aposentar, que são funcionárias e funcionários públicos, possam, de fato, gozar da licença-prêmio, possam de fato ter esse direito assegurado, coisa que eles não querem, porque eles chamam de privilégio algo que foi conquistado com a luta política de homens e mulheres ao longo do tempo. Isso não é privilégio, nobre vereador, privilégio é você estar aqui o dia todo, usando a tribuna para fazer firula, não apresentar nenhuma saída para uma cidade que teve enchente, defender a iniciativa privada, mas recebendo salário público. Isso é um escárnio nesta Casa! É fácil falar de empresa privada quando você recebe salário dos impostos. Ele falou dos contribuintes aqui: “Ah, porque os contribuintes, porque o pagador de

imposto...” Que discursinho demagogo, porque aqui o salário... (Retirado por determinação da oradora.) ...este salário aqui, este salário... Porque o Novo, em Minas Gerais, votou a favor. Vocês têm muito... Aliás, agora vão ter até acesso ao fundo eleitoral, até acesso ao Fundo Eleitoral tem. Eles fazem o discurso aqui, mas a prática política deles é outra. O PT não tem isso, não. Nós defendemos aqui o que nós defendemos fora. O Ramiro Rosário adora subir aqui e fazer um discurso moralista – moralista! – sobre a máquina pública. Se ele fosse tão contra, ele estava sendo gestor de iniciativa privada. O que ele está fazendo aqui dentro afinal? Qual é o problema com a Câmara, com o tamanho do Estado? Ele aponta isso, porque ele não pode dizer para a base dele que ele tem CC no Melo, que ele tem CC no governo, que ele tem salário recebido pelos pagadores de impostos. É isso! Então ele fica nesse discursinho moralista contra o PT, contra o comunismo, contra a China, contra sei lá o que é que ele sempre inventa, mas saídas, saídas para a crise em Porto Alegre eles não apresentam. Eles apresentam o quê? Liquidar com os funcionários públicos. Acabar com a licença-prêmio, que era o projeto inicial... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...é um escárnio para uma cidade que precisa se reconstruir. Eu convido e disse antes ali para a Ver.^a Juliana, a Ver.^a Grazi, a Ver.^a Karen, que os vereadores que são a favor desse projeto fiquem uma semana numa sala de aula numa escola que foi atingida pela enchente. Não tem ar-condicionado, as crianças não têm merenda, não tem salário digno para os servidores públicos. O que eles querem fazer aqui? Acabar com o direito conquistado ao longo dos anos. Ao longo dos anos. É fácil fazer voto, aqui dentro, moralista, mas, na vida pública e na vida real, eles votam exatamente ao contrário, porque o que eles defendem aqui, eles não garantem posicionalmente fora. Então quero dizer que nós vamos votar a favor da Emenda nº 06, porque ela é uma emenda que garante que aqueles que estão prestes a se aposentar tenham os seus direitos garantidos, que é aquilo que o PT defende aqui, nesta tribuna, mas também nas ruas, juntamente ao sindicato. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Natasha. Não há mais nenhum vereador que queira encaminhar a Emenda nº 06. Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 011/22.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO) (Questão de Ordem): Uma questão de ordem, inclusive orientada pela Ver.^a Natasha, com relação ao projeto de lei que foi votado nesta Casa sobre o aumento de salários de prefeitos, secretários e vereadores. Ela disse que eu votei a favor, eu votei contra. Só para que conste.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Está registrado. Muito obrigada, Ver. Ramiro.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Presidente, é uma questão de ordem. Inclusive, eu retiro e falei agora para o vereador, mas o resto da minha fala eu não retiro uma vírgula.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 06, ao PLCE nº 011/22. (Pausa.)

A Comandante Nádia vota “não”. (Pausa.) Algum vereador deseja registrar ou alterar o seu voto? Está encerrada a votação. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Algum vereador deseja encaminhar a Emenda nº 08? Não há quem queira encaminhar, está encerrado o encaminhamento.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 011/22. Os vereadores que aceitam, concordam com a Emenda nº 08 permaneçam como estão, os que discordam...Coloquei em votação, senhoras.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu sempre te olho, vereadora. Filha. Por gentileza, abertura do painel para colher os votos dos Srs. Vereadores para a Emenda nº 08, votação nominal. (Pausa.) Vereadora Comandante Nádia vota “sim”. Algum vereador não conseguiu votar ou desejar trocar o seu voto? Está encerrada a votação. (Após a apuração nominal.) **APROVADA**, por 18 votos **SIM** e 11 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 011/22. Não tem encaminhamento por não estar destacada. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Coloco em votação o PLCE nº 011/22. Os vereadores que concordam com o projeto... Solicita nominal... Já foi encaminhado, vereador. Junto com as emendas destacadas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Sim. Já fizemos a discussão do projeto e com as emendas se encaminha o projeto. Ok.?

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 011/22. (Pausa.) Vereadora Comandante Nádia vota “sim”. Estamos votando o projeto. Algum vereador deseja votar por não ter conseguido ou trocar o seu voto? Está encerrada a votação. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 182/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ver. Ramiro, eu só preciso, antes do seu requerimento, e já ele entraria na sequência, se os senhores líderes e vereadores assim concordarem, que a gente possa fazer, de forma simbólica, o Requerimento nº 194/25, até porque ele já aconteceu no dia

17 e incluir o Requerimento nº 176/25, o pedido do Ver. Giovanni Culau, que é para o período de Comunicações de segunda-feira.

Em votação o Requerimento nº 194/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 176/25, pedido do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, que ele nem me pediu, mas eu estou atenta, para segunda-feira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com manifestação contrária da Ver.^a Atena, da esquerda, não tem. Tendo a maioria, o próximo será o nº 12.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

(Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 182/25)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o Requerimento nº 182/25. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Vereadora-Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas; muito se discute aqui a respeito das moções de apoio ou de repúdio dentro da Câmara de Vereadores. Mas nós, parlamentares do Município, temos muitos problemas, crimes, que nos assolam, que nos chocam e que nós também queremos que Brasília, que o Congresso Nacional, cumpra com o seu dever constitucional para poder aprovar projetos de lei que beneficiem a nossa comunidade, a comunidade de Porto Alegre. A comunidade à qual nós temos aqui a jurisdição para poder legislar em pautas estritamente municipais e que, muitas vezes, nos vemos em reuniões com a comunidade, com quem paga a conta, com o próprio governo, querendo

soluções efetivas e não as encontramos ou não conseguimos avançar justamente porque está literalmente fora da nossa alçada.

Por isso, a Câmara dispõe de mecanismos, ferramentas, como as moções, para que possamos fazer a devida pressão tanto em repúdio quanto em apoio para determinados projetos de lei, personalidades, pautas, temas, enfim, amplamente utilizados pela esquerda e também pela direita ou pela oposição e pelo governo.

Recentemente, tivemos um caso chocante que aconteceu no nosso litoral, de uma menina que foi aliciada por um vagabundo aí, um senhor, que já era conhecido do Poder Judiciário, que já tinha sido preso, que estava solto naquele momento. Ele oferece um picolé para a menina, leva para sua quitanda, e lá ele estupra, ele agride, ele tortura, e ele mantém a menina em cativeiro, num poço, num buraco, dentro do seu estabelecimento, por diversos dias. Felizmente, a nossa Polícia Civil, a nossa Brigada Militar, conseguiram chegar naquele estabelecimento antes que a menina fosse morta, a resgataram da sua cova improvisada, onde ela era mantida em cativeiro, e constantemente estuprada, e prenderam o sem-vergonha. Esse tipo de demônio, esse tipo de diabo que tem, obviamente, uma psicopatia, uma questão, muitas vezes, que a gente sabe pela literatura criminalista, inclusive; sabemos que há distúrbios mentais envolvidos, muito além da questão de caráter. Nós sabemos que essas pessoas não têm cura, não têm solução, estuprador não tem como ser ressocializado! Qualquer psiquiatra sério, correto, vai passar esse diagnóstico. Um pedófilo não tem como ser recuperado, ou vocês acreditam aqui que um pedófilo que estupra uma, duas, três, quatro, cinco, dez crianças, vai ser ressocializado na penitenciária do amor e do arco-íris, onde os unicórnios andam, e aí vai voltar para a rua e estará livre... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...da sua psicopatia, da sua doença, e será integrado à sociedade? Isso é fantasia, por isso, essa moção pede aqui que nós encaminhe ao Congresso Nacional a visão e a fala, o grito de Porto Alegre, pedindo a aprovação do projeto de lei de Eduardo Bolsonaro, que tramita na Câmara dos Deputados, pela castração química. Nós precisamos alterar a legislação brasileira, que não prevê pena de

morte, que não prevê prisão perpétua, para que estupradores, pedófilos, pessoas que comprovadamente já são mais do que reincidentes, são verdadeiros demônios circulando dentro das nossas cidades, no nosso País. Que essas pessoas sejam castradas quimicamente, que elas não possam nunca mais cometer o ato...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): ...insano, diabólico de estuprar uma criança, uma mulher, um cidadão que está só querendo viver a sua vida. Muito obrigado, Presidente Comandante Nádia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Ramiro. Pois não, Ver.^a Natasha?

Vereadora Natasha Ferreira (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Natasha Ferreira. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) (Presidente informa que, segundo o Regimento, o tempo destinado à verificação de quórum, é de um minuto e meio.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

(17h04min) Encerrada a Ordem do Dia.

Quero comunicar aos vereadores que estamos na Semana do Consumidor e, através da Escola do Legislativo, estarão acontecendo palestras muito interessantes no Plenário Ana Terra entre hoje e sexta-feira. Muito obrigada.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h04min.)



(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
